REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Maria Terezinha Serafim Gomes[1]

Introdução

Nos últimos decênios, sobretudo a partir de 1970, uma crise começa atingir o centro do sistema capitalista. Num plano geral, essa crise refere-se às dimensões econômicas (consumo de massa, superprodução, queda na taxa de lucro, queda na produtividade, crise do paradigma tecnológico e crise do petróleo) quanto às dimensões políticas (crise do Estado de Bem-estar Social), enfim trata-se de uma crise do padrão de produção fordista.

Nessa direção, Antunes (2000,p.31) ressalta que:

> [...] a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma *crise estru*tural do capital, onde se destacava a tendência *decrescente da taxa de lucro.* Era também a manifestação, tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da *lei* de tendência *decrescente do valor de* uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de "regulação" que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa.

Como resposta à essa crise estrutural do capital intensificaram as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais caracterizadas pela reestruturação produtiva, para alavancar o processo de reprodução do capital. A reestruturação produtiva é chamada por Alves (1998), como nova "*ofensiva do capital*" para a retomada da acumulação através de estratégias na organização no processo produtivo e na organização do trabalho.

Nas palavras de Antunes (2000,p.31)

> "Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de

[1] Pós-Graduação em Geografia Humana -
FFLCH – USP
E.mail: tserafim@usp.br ou serafimgomes@hotmail.com

> dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte,- a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores".

Tais estratégias do capital com vistas à retomada do ciclo produtivo afetou sobremaneira o mundo do trabalho, tanto na materialidade quanto na subjetividade da classe trabalhadora.

Alves (1998,p.19) salienta que:

> "É a partir da nova (des)ordem capitalista, caracterizada pela instabilidade e inovação contínua, da revolução tecnológica, das novas técnicas de gerenciamento produtivo, da onda neoliberal, da globalização sobre a égide do capital, que surgem novas condições para um novo patamar de acumulação do capital, principalmente em decorrência do debilitamento do poder objetivo da classe operária, com o desemprego estrutural".

Esse processo de reestruturação acarretou mutações tanto na organização do processo produtivo como na organização do trabalho, mesclando elementos do fordismo com as formas da "*acumulação flexível*", do toyotismo ou modelo japonês. Para Lipietz e Leborgne (1988), tais transformações fazem parte das mudanças do padrão de desenvolvimento, denominado pós-fordismo[2] ou modelo flexível. Para esses autores, não existe um único modelo de desenvolvimento, diferindo-se entre regiões e países etc.

As mudanças na organização de produção e do trabalho, vai penetrando em várias partes do mundo, não apenas nos países desenvolvidos mas, também o Terceiro mundo industrializado, repercutindo com transformações significativas no mundo do trabalho e contribuindo para o monumental desemprego e a precarização do trabalho. Singer (1998), assevera que a precarização do trabalho inclui "*formas informais e incompletas de empregos".*

No Brasil, a reestruturação produtiva se instaura após a crise do modelo de desenvolvimento baseado nas "substituição das importações" a partir dos anos 1970. No

[2] O pós-fordismo busca nova forma de regulação tendo como base a flexibilização da produção, e a intensificação do trabalho, o modelo cooperativo de organização sindical e a desverticalização da produção.

entanto, é nos anos 1990, que essa ganha amplitude, com as inovações técnicas e organizacionais num caráter mais sistêmico, em todos os setores de atividades econômicas (indústria, comércio, serviços e agricultura), tendo conseqüências significativas para classe que-vive-do-trabalho[3].

A reestruturação produtiva tem suas implicações na dinâmica espacial, no processo produtivo e na organização do trabalho, bem como no mercado de trabalho.

O presente texto aborda a reestruturação produtiva no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho a partir da visão de alguns autores. Em seguida teceremos algumas considerações acerca da reestruturação produtiva no setor industrial em cidades médias do Oeste Paulista.

Essa temática vem sendo discutida na economia, na sociologia do trabalho, na engenharia da produção desde o final dos anos 1970, e nos anos 1990 passa a ser discutida pelos geógrafos.

A reestruturação produtiva no Brasil

Neste item, trataremos da reestruturação produtiva no Brasil, no entanto, inicialmente faremos algumas considerações sobre o fordismo.

O fordismo no Brasil se deu com a instalação das subsidiárias de multinacionais do setor automobilístico na década de 1950. Essas empresas trouxeram para o país o padrão fordista de gestão de trabalho.

Nesses termos, Druck (1999,p.57) assevera que:

> É no período do chamado desenvolvimentista – governo Kubistschek – que o país atinge a certa maturidade para a modernização industrial e uma nova inserção no mercado mundial. Nesse momento, instala-se, no Brasil, o símbolo maior da produção fordista a indústria automobilística.
>
> (...) os capitais estrangeiros investidos aqui, através das multinacionais, traziam o padrão fordista de gestão do trabalho e encontravam um ambiente extremamente fértil para sua aplicação. Em especial, contavam com condições em que as lutas dos operários estavam totalmente limitados pelo tipo de estrutura sindical atrelado ao Estado e, portanto, com uma reduzida capacidade de mobilização e resistência. Era com base nisso,

[3] Termo utilizado por Antunes (2000)

> inclusive, que Kubistchek podia propagandear seu Plano de Metas no exterior, na busca de investimentos quando ressaltava a "paz social" aqui existente.

Ainda essa mesma autora, ressalta que:

> O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, com a consolidação de um padrão fordista incompleto e precário, não impediu que o país se modernizasse. No entanto, para alcançar esta situação, foi fundamental o papel de um Estado forte e centralizado. Mais do que isso, foi necessário erguer também um regime autoritário para fazer frente às alternativas econômicas e políticas de projetos nacionais de cunho reformista, que se inspiravam nos modelos fordistas desenvolvidos. Em linhas gerais, o Golpe de 64 veio selar este padrão de desenvolvimento periférico e, por isso, teve que pôr fim a todas as lutas e mobilizações da sociedade civil que se opunham a este projeto. Foi, portanto, centralmente pela via da coerção e a força que se consolidou o fordismo no Brasil.

A esse tipo de fordismo, Lipietz (1985) chamou de "fordismo periférico". Este seria o simulacro dos sistemas de produção em massa dos países centrais, sem concomitante estrutura macroeconômica.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, entra em crise o modelo de substituição de importações e o fordismo periférico caráter que assume o Brasil. Esse processo reflete a crise do padrão fordista no plano mundial e a gestação de um novo padrão de acumulação e regulação, processo esse que se desenvolve diferencialmente em cada país ou região do mundo. A partir de então se inicia um processo de reestruturação produtiva ainda tímido com a implementação de algumas práticas sob a inspiração do toyotismo[4].

A crise do fordismo no Brasil parece não ter seguido os mesmos passos da crise observada nos países capitalistas avançados.

Nessa direção, Silva (2001,p.41) afirma que: A crise do padrão fordista brasileiro não parece, contudo, seguir os passos da crise clássica do fordismo observada nos países capitalistas centrais. Segundo Faria (apud Soares (1998), uma causa importante da crise brasileira estaria no esgotamento da capacidade do Estado em manter o padrão de acumulação sustentado no modelo de substituições de importações. Nesse contexto, em

[4] Sobre o toyotismo no Brasil, ver Oliveira, Eunice. Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica envolvimento e resistência. 1° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

que o Estado, tomado por um grande endividamento interno e externo, ressente-se cada vez mais da falta de recursos, as políticas governamentais de orientação neoliberal vêm alimentar o quadro de crise do padrão fordista brasileiro.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil ocorre *pari passu* aos novos padrões de competitividade internacional e as mudanças econômicas que ocorrem no país, a recessão, ao desemprego, a crise do padrão industrial baseado no desenvolvimentismo, que culminou no chamado “milagre econômico" e, outrossim, a política de abertura econômica, inspirada no neoliberalismo.

A crise e retração do mercado interno e as necessidades de incremento de superávit da balança comercial para o pagamento da dívida externa implicaram em pressão por exportações, obrigando as empresas a buscar novos padrões de qualidade, inovações tecnológicas e a nova gestão da mão-de-obra, ou seja, “novos requerimentos de qualificação para os trabalhadores, novas técnicas organizacionais, associados a uma estratégia de maior integração entre concepção e execução da produção e, ainda, estimulada por estratégias que permitam maior envolvimento dos trabalhadores e compromisso com os interesses específicos dos clientes e, portanto, da empresa”, conforme Carleial (1997,p.297), visando a busca de qualidade e produtividade.

A implantação de métodos japoneses se dá numa “versão brasileira” e não significava o fim do fordismo, mas sim o reforço das características tayloristas-fordistas. Compartilhamos com a idéia de alguns autores que asseveram que o fordismo ainda está vivo no Brasil, como Salerno (1990), Carvalho e Schmitz (1990) e Peliano et al (1987). Nesse sentido, nos anos 1980, as mudanças tecnológicas e organizacionais ao invés de substituir o padrão fordista, reforça-o, já que aumentaria o grau de controle do capital sobre o trabalho.

Não obstante, da crise do fordismo brasileiro, compartilhamos com essa idéia dos autores supracitados acima, já que nem todos os setores foram reestruturados por completo tanto no ponto de vista da produção como na organização do trabalho. A adoção e difusão do modelo japonês não ocorrem de forma homogênea em todos os setores e empresas, ou mesmo no interior de uma mesma empresa. Assim, as velhas formas de gestão de produção e do trabalho convivem com as novas formas, muitas vezes no mesmo setor ou até na mesma empresa.

Além disso, o simples fato da implementação de um equipamento ou técnicas e sistemas na empresa, não significa que houve uma reestruturação tanto no âmbito da organização da produção quanto na organização do trabalho.

Salerno (1991) aponta a ausência de autonomia ao operário na definição dos métodos de trabalho e na alocação das atividades no decorrer da jornada nas empresas que implantavam os sistemas de manufatura celular e *just in time.* Nesse sentido, ele afirma que os métodos organizacionais baseados no "modelo japonês" no Brasil, "deixa de ser japonês para tornar-se nissei".

Carvalho e Schmitz (1990,p.150) mostram que ao contrário das tendências observadas nos países de economias centrais,

> (...) a adoção da automação programável na indústria automobilística brasileira está associada ao reforço da organização do trabalho fordista. O novo processo de produção das firmas brasileiras apresenta um nível muito mais baixo de substituição direta de operações de manufatura manuais do que os sistemas mais automatizados encontrados nos países avançados. Contudo, ao afetar as operações de transferência e o controle da produção, a automação seletiva acarreta uma integração e sincronização progressiva de todas as operações de manufatura, sejam estas realizadas por pessoas ou por máquinas. Deste modo, as tarefas tornam-se mais ritmadas pela máquina do que antes e o fordismo, ao invés de ser superado é intensificado.

Para Humphrey (1990), o processo de reestruturação de empresas no Brasil, "*just in time taylorizado*", em que as gerências tendem a controlar a fábrica como uma máquina, numa estratégia que não exigia envolvimento e compromisso, mas que resultaria em mais coerção e pressão sobre os trabalhadores.

Também Posthuma (1990) citado por Leite (2003,p.74) chamou de "brasilianização", a implementação de técnicas japonesas nas indústrias de autopeças no Brasil, a qual seria responsável, segundo a autora, por mudanças muito pouco significativa na organização do trabalho.

Leite (1993) ao tratar da reestruturação produtiva, identifica três períodos de modernização tecnológica: O primeiro período refere-se ao final dos anos 1970 e o início dos 1980, quando as propostas inovadoras se concentrava na adoção dos CCQs, sem que as empresas se preocupassem em alterar de modo significativo as formas de organização do trabalho ou em investir mais efetivamente em novas equipamentos microeletrônicos .

O segundo período inicia em 1984-85, a partir da retomada de crescimento econômico (que sucede a profunda recessão dos primeiros anos da década) e vai até o final dos anos 1980, caracteriza por uma rápida difusão dos equipamentos.

O terceiro período inicia nos anos 1990, quando as empresas concentram seus esforços nas estratégias organizacionais, bem como na adoção de novas formas de gestão de mão-de-obra, mais compatíveis com as necessidades de flexibilização do trabalho e com o envolvimento dos trabalhadores com a qualidade e a produtividade**.**

Nessa mesma direção, Druck (1999, 102), procurou periodizar a implementação do modelo japonês no Brasil, que inspirou a reestruturação produtiva no país. A autora salienta que:

> "(...) a primeira fase ocorre na passagem dos anos 1970 para os anos 1980 e tem, na prática dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a forma mais difundida do modelo. O segundo momento, meados dos anos 1980, outras práticas japonesas surge *Just in time*, Programas de Qualidade Total e de Controle Estatístico de Processo, concentrou no complexo automotivo. E o terceiro período, começa nos anos 1990 – inaugurando a década da qualidade para todos os setores produtivos de bens de serviços, há uma verdadeira campanha para que as culturas gerenciais sejam substituídas por cultura de qualidade (p.103).

Nesse contexto, nos primeiros anos da década de 1980 essas práticas, sob a inspiração japonesa foram implementadas nos setores automobilísticos e o de autopeças e, posteriormente, os ramos têxtil e bancário, dentre outros, que visavam a redução da força de trabalho. No meados dessa década ampliaram-se as inovações tecnológicas, através da introdução da automação industrial da base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico, conforme ressalta Antunes (2004).

Sendo assim, nesse período,

> as empresas vão começar paulatinamente a introduzir algumas técnicas japonesas de produção, como os Círculos de Controle de Qualidade de CCQs, bem como novos equipamentos de base microeeletrônica, como os CLPs, robôs, máquina-ferramenta CNC, os quais foram sendo acompanhados por inovações de produto e de processo e utilização do sistema CAD/CAM/CAE, *just in time*, celularização da produção, tecnologia de grupo, sistema de qualidade total com a utilização do CEP. (Leite,1994, p.565).

Leite (1994) nos acrescenta que: ao passo que as empresas buscavam inovações tecnológicas que visavam aumentar a eficiência das empresas e, buscavam também a

substituição das políticas repressivas de gestão da mão-de-obra por formas menos conflituosas que permitissem às empresas contar com a colaboração dos trabalhadores na busca da qualidade e produtividade.

Vale salientar que este processo de modernização se deu de forma muito desigual, pois se acreditava que o simples fato da renovação dos equipamentos poderia garantir a maior produtividade e competitividade, conforme afirma Castro (1993,p.163).

Hirata (1983) salienta que no Brasil, os Círculos de Controle de Qualidade -CCQ[5] apareceram isolados a partir de 1972, mas foi apenas na década de 1980 que eles começaram a merecer uma atenção sistemática da parte do empresariado brasileiro. A implementação do CCQ, no Brasil acontece num momento muito similar àquele que marcou a emergência do CCQ, há vinte anos atrás, no Japão – uma conjuntura econômica, de introdução da robotização, sobretudo na indústria automobilística (Ford, Volkswagem) e de grandes greves de operários. (p.61)

Os CCQ são formados por grupos de trabalhadores; é uma prática que visa a desmobilização do trabalho, maior envolvimento do trabalhador, a fim aumentar a produtividade. Além disso, visa a redução de conflitos no interior da fábrica, constituindo um ambiente de cooperação e integração dos trabalhadores à empresa, segundo Druck (1999,p.66).

Fleury (1978), ao discutir sobre o processo de trabalho no Brasil, afirma que há uma rotinização do trabalho[6]. Nessa época, as empresas não estariam tão interessadas no aumento da produtividade, mas sim em manter o controle social na fábrica, evitando a eclosão de conflitos.

Cabe ressaltar que, a implementação de métodos, técnicas organizacionais e novas formas de gestão do trabalho resultante da reestruturação produtiva, inicialmente tiveram muita resistência tanto do empresariado quanto dos trabalhadores, conforme demonstrou Leite (1994). Vários outros autores apontavam a resistência às novas práticas sob inspiração japonesa.

---

[5] Hirata (1983) salienta que os Círculos de Controle de Qualidade surgiram e se desenvolveram no Japão enquanto movimento a partir de 1960, num contexto marcado por uma vaga de inovações tecnológicas, pela recessão econômica e por grandes conflitos sociais e greves gerais nos principais ramos industriais, lutas do movimento operário organizado contra a renovação do tratado de segurança Japão-EUA. (p. 61)

[6] Rotinização – é um sistema cujo objetivo não é utilizar a mão-de-obra de maneira produtiva, mas de forma a desqualifica-la e desorganizá-la, minimizando a possibilidade de surgimento de conflitos de fábrica. (Fleury, 1983,p.106).

Salerno (1990,p.10) mostra a resistência da engenharia em aceitar alterações nos método de trabalho propostos pelos operários em situações que ocorrem fora de seu controle.

Castro (1994) também salienta as dificuldades encontradas na implantação dessas práticas inspiradas no modelo japonês, mostrando a oposição dos sindicatos ao JIT e TQC.

Leite (2003,p.72) elucida que nos anos 1980, os sindicatos mais combativos e organizados se mostram desde o começo a um processo de oposição aos CCQs, o qual acabou por esvaziar muitas iniciativas empresariais nesse sentido. O fracasso da estratégia tornou-se evidente já em meados da década, quando muitos programas deixaram de funcionar e as empresas começaram a dirigir suas atenções a outras técnicas inovadoras.

O autoritarismo presente no interior das empresas tornou-se um gargalo para que as práticas baseadas no envolvimento dos trabalhadores, como os CCQs tivessem êxito.

Nessa perspectiva, Leite (2003,p.72) salienta que, os conflitos nas relações de trabalho, num quadro marcado pelo autoritarismo no interior das empresas, constituíram um forte entrave ao êxito das estratégias empresariais voltadas para o envolvimento dos trabalhadores, conforme apontaram vários estudos (Humphrey, 1990 e 1990b; Tauille, 1990, Leite,1994).

Nesse período, a resistência do empresariado em abandonar as técnicas de controle da mão-de-obra mostrou-se extremamente forte, o que implicou no “fracasso a implementação dos CCQs nos anos 1980”, como explicita Hirata (1983).

Carvalho e Bernardes (1997,p.57) salientam que: Estudos como os de Fleury e Humphrey (1993), Posthuma (1991) e outros têm revelado que a ênfase das empresas brasileiras é colocada antes na adoção de técnicas que em mudanças de organização e gestão de maior envergadura. Isto significa que, ao lado da disseminação ampla de técnicas organizativas voltadas para a qualidade (TQC, ISO 9000) e para a flexibilidade na produção (*just-in-time*, células de produção), poucas empresas têm avançado no sentido da adoção de mudanças nas políticas de recursos humanos e de relações industriais que acompanham aquelas técnicas em seus países de origem (como, por exemplo, a redução e a horizontalização das classificações ocupacionais e salariais e a concessão de bônus de produtividade e aprendizagem).

Druck (1999,p.109) citando Gitahy, assinala que,

> no caso brasileiro, este processo de modernização industrial ocorre num contexto de crise, recessão, desemprego e instabilidade econômica que, somadas ao viés autoritário da cultura das relações

> industriais herdadas da ditadura, tendem a dificultar estas transformações, já que intensificaram os conflitos nas relações de trabalho.
>
> Entretanto, apesar deste quadro, e dados as novas condições impostas pela concorrência internacional, sobretudo a partir da política de abertura econômica do governo Collor, estas novas formas de gestão e organização industrial , tende a se difundir, mesmo que em alguns casos convivendo com padrões mais tradicionais de gestão do trabalho. (Gitahy,1994)

Navarro (2003,p.81) salienta que:

> o processo de reestruturação produtiva intensificado com a globalização e abertura econômica dos anos 90, a inserção na economia mundial, exigia produtos variados, de melhor qualidade e preços competitivos. Somados a isso, levou a promoção, por parte das empresas, de profundas transformações em seus processos produtivos. Tais mudanças na organização e nos processos do trabalho que buscam aumento da produtividade, melhoria, de qualidade do produto e dos serviços, e a redução dos custos de produção, também resultado, em última instância, em uma maior intensificação do trabalho, na diminuição dos postos de trabalho, no aviltamento do valor de salários e no aumento da informalidade do emprego, em um quadro que aponta uma precarização das condições e das relações de trabalho de uma parcela significativa da força de trabalho do país.

Alves (2000), assevera que nos anos 90, a reestruturação produtiva ganha impulso. As grandes empresas passaram a incorporar um conjunto de novas estratégias produtivas que atingiram, com uma maior integração, intensidade (e amplitude), o mundo do trabalho. A esse período, ele chamou de " toyotismo sistêmico", com o avanço quantitativo e saldo qualitativo, de usos de inovações tecnológicas e organizacionais, que atinge os principais pólos industriais do país. Esse novo patamar da ofensiva do capital na produção resultou impactos expressivos sobre o mundo do trabalho no Brasil, atingindo sua objetividade e (subjetividade).

Ruas (1992, p.2) citado por Leite (1994, p.573-574), ressalta que

> “a partir da entrada da nova década, dois fatores colaboraram para empurrar as empresas em direção a uma estratégia inovadora mais

> efetiva. Por um lado, o aprofundamento da crise econômico a partir de 1990 diminuiu brutalmente o mercado interno, forçando as empresas a se voltar para o exterior; por outro lado, a política de abertura adotada pelo governo Collor obrigou as empresas a melhorar suas estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional. Nesse novo contexto, as empresas se viram pressionadas a investir de maneira mais firme na modernização de sua produção, gerando uma verdadeira epidemia de competitividade" (Ruas, 1992, p.2), em meio à qual muitas industriais optaram por adquirir ao PBQP (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade), lançado pelo Governo em 1990.

Tal política fazia parte do ideário neoliberal em curso, recomendado pelo FMI – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Esse processo tratava da inserção do Brasil no contexto da globalização.

Antunes (1998,p.80) afirma que esse processo de reestruturação produtiva intensificado a partir de 1990 teve conseqüências significativas. "Combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, com mutações no processo produtivo. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão da força de trabalho estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo ainda predominante também aqui mescla-se com novos processos produtivos".

Também se observa uma preocupação em treinamento da força de trabalho, redução dos níveis hierárquicos, difusão dos métodos denominados participativos, mecanismos que procuram o envolvimento dos trabalhadores no âmbito da empresa.

A reestruturação produtiva, também, tem implicações espaciais, ocorrendo assim a descentralização produtiva ou relocalização industrial, em que as empresas passam a buscar lugares onde a mão-de-obra seja mais barata e não tenha "deseconomias de aglomeração"[7].

Antunes (2004) reforça que:

> Foi nos anos 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através a implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e

[7] Pacheco e Negri (1994,p.62) elucida que: "Em geral, sob a rubrica de "deseconomias de aglomeração", reúne um conjunto variado de causas que vão desde os maiores custos de transporte, de terrenos, salariais, e dos serviços públicos ou da infra-estrutura, até condicionantes que se refletem sobre a produtividade ou sobre a organização da produção, como congestionamentos, maiores tempos de transporte, aumento do poder sindical dos trabalhadores, redução da produtividade do trabalho associada à queda da qualidade de vida nas grandes cidades etc.

> do ideário japonês, com a intensificação da lean production, do sistema just-in-time, kanban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho. Do mesmo modo, verificou-se um processo de descentralização produtiva, caracterizada pela relocalização industrial, em que empresas tradicionais, como a indústria de calçados ou a indústria têxtil, sob a alegação da concorrência internacional, iniciaram um movimento de mudanças geográfico-espaciais, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho. (p.18)

Esse conjunto de observações leva afirmar que, a partir dos anos 1980, as mudanças econômicas, a abertura comercial e financeira e as políticas neoliberais[8] no país levaram as empresas a buscar por novas formas de organização de produção (*just in time,kanban, lay out*, logística, máquinas de controle numérico, a introdução de inovações de produto e de processo (utilização do sistema CAD/CAM/CAE/TMF, CNC, robôs), celularização da produção, CEP (controle estatístico processo), TQC (*total quality control*), tecnologia de grupo, sistema de qualidade total, normas ISO, redução do tamanho da planta, subcontratação, terceirização e parcerias com fornecedores) e novas formas de organização do trabalho (redução dos cargos de níveis hierárquicos (*downsizing),* trabalho em "ilhas" no chão da fábrica, trabalhador mais polivalente, qualificado, participativo e criativo, maior treinamento dos empregados e CCQ (Círculo de Qualidade Total), alteração na jornada de trabalho, trabalho terceirizado, subcontratados, temporário, enfim novas formas de gestão do trabalho, racionalizadoras e poupadoras de mão-de-obra, a fim de atender às novas exigências de competitividade, buscando com premência estratégias industriais que permitissem o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de seus produtos para, assim, competir com os produtos importados e para garantir sua presença na nova configuração do mundo globalizado.[9]

Essas mudanças promoveram a desintegração/desarticulação da cadeia produtiva, acarretando a "destruição" de parte significativa da estrutura produtiva e do emprego, ao invés de gerá-los. De um lado, houve falência, fusões, aquisições de empresas, privatizações contribuindo para redução dos postos de trabalhos, do outro lado, as empresas buscam se adaptar às novas exigências de competitividade, para aumentar a produtividade e qualidade dos produtos.

---

[8] Boito Jr (1999,39) afirma que : A política neoliberal reforçou um quadro internacional de restrição da autonomia política do Estado periféricos- cujas políticas econômicas e sociais passaram a ser estritamente tuteladas por instituições como FMI , Banco Mundial e a OMC – e tem aprofundado os laços de subordinação econômica desses países às economias centrais.

[9] Mais detalhes, ver Alves (2000), Gitahy e Rabelo (1991)

A Reestruturação Produtiva e suas conseqüências no mundo do trabalho

A reestruturação produtiva ocasionou conseqüências significativas para o mundo do trabalho, tanto na materialidade como na subjetividade da classe trabalhadora.

Como já salientamos anteriormente, a reestruturação produtiva ocorre num contexto de recessão, desemprego, instabilidade econômica e abertura comercial. A implementação de práticas e técnicas baseadas no modelo japonês levou ao aprofundamento do desemprego, contribuindo para a redução do emprego industrial, redução do trabalho com carteira assinada, o aumento do trabalho sem carteira assinada e do trabalho temporário e terceirizado.

Vale assinalar que com a horizontalização da produção, as novas formas de gestão de produção e de trabalho, o processo de terceirização da força de trabalho e a precarização reduziu o emprego industrial, tendo rebatimento na ação dos trabalhadores e no movimento sindical acabando por reduzir sua ação e desarticulando-o. Os sindicatos mais organizados estão nos setores mais afetados pela reestruturação produtiva. Não entraremos em maiores detalhes sobre a crise do sindicalismo brasileiro, pois não trata do nosso objetivo[10].

Esse processo de reestruturação produtiva, que inicialmente ocorreu no setor automobilístico e mais tarde no setor bancário, atinge a quase totalidade dos ramos produtivos e serviços, acarretando em alterações significativas na estrutura dos empregos no Brasil. Há uma queda significativa dos empregos no setor industrial, um aumento do trabalho sem carteira assinada e uma redução do trabalho com carteira assinada, como já salientamos anteriormente.

Se no período de 1950-70, tivemos um aumento dos empregos, nos anos 80 e 90 tivemos uma queda acentuada levando a desestruturação do mercado de trabalho, conforme salienta Pochmann (1999). Já entre as décadas de 1980 e 1990, mais de milhões de empregos do setor industrial foram obliterados da economia brasileira.

Sendo assim, Pochmann (1999) ressalta que

> Entre as décadas 40 a 80, o mercado de trabalho apresentou fortes sinais de estruturação em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos organizados da ocupação. Há uma presença de taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução da participação relativa das ocupações sem registro, sem remuneração

[10] Mais detalhes ver Alves (2000), Antunes (1999) e Boito Jr (1999), dentre outros.

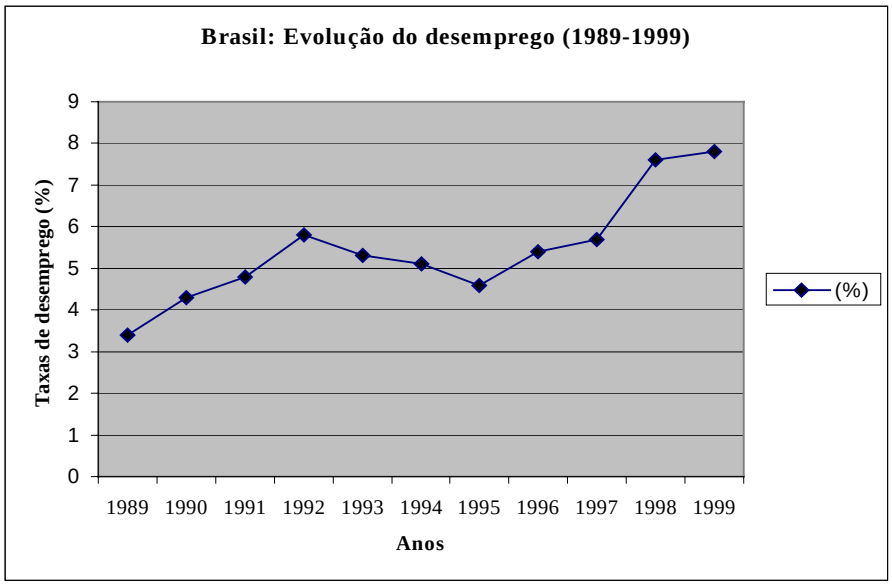
> e por conta própria, e ainda o desemprego, possibilitaram a incorporação crescente de parcela da PEA ao Estatuto do Trabalho Brasileiro (p.67).

Ainda, segundo Pochmann (1999), neste mesmo período, de cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo sete com registro e um sem registro. As ocupações por conta própria, os sem remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total dos postos de trabalho criados para o mesmo período (p.68).

Já nos anos 1990, de cada dez ocupações geradas, apenas duas eram assalariadas e oito não-assalariadas sendo, quase cinco, por conta própria e três de ocupação sem remuneração, como ressalta Pochmann (1999).

No Brasil, a década de 1990, foi marcada pelo fim da capacidade de produzir postos de trabalho suficientes para atender a demanda das pessoas que atingem a idade de trabalhar (PIA). Somando-se a isso, a diminuição dos postos de trabalho no setor industrial e na agricultura, esta pode ser chamada de "década do desemprego". Nessa década, há uma aguçamento da crise do emprego, *"o país gerou 3,3 milhões de desempregados ao ritmo de um desocupado a cada 1,1 minuto",* como afirma Pochmann (1998)[11].

Gráfico 01



Fonte: PED/SEADE-DIEESE;PME/IBGE, 1999

Mattoso, (1999,p.12)

Org. Maria Terezinha Serafim Gomes

[11] Jornal Folha de São Paulo, 1º de maio de 1998, p.3.

O gráfico 01 mostra a evolução do desemprego no Brasil, no período entre 1989-1999. De 1989 até 1992, observou-se a elevação do desemprego. Em 1994, com a recuperação da economia através da implantação do Plano Real verificou-se queda no desemprego. A partir de 1996, o desemprego voltou a crescer, atingindo em 1999 a taxa de 7,8%. Pode-se dizer que é resultado da abertura econômica, da reestruturação produtiva e da onda de privatizações, que levou à redução dos postos de trabalho.

Vale assinalar que, a modernização tecnológica ainda incipiente no país, não foi a única causa do desemprego. Soma-se a isso a própria conjuntura econômica.

No Brasil, a abertura econômica e o baixo crescimento produziram taxas elevadas de desemprego e alteraram a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho nos anos 1990. O problema do desemprego passa para a ordem do dia. Sendo assim, se nos anos 1980, a população brasileira temia a inflação; nos anos 1990, o medo da inflação foi substituído pelo do desemprego.

Ruas e Antunes (1997,p.42) ao falar da reestruturação dos anos 90 ressalta que

> (...) impactos sobre o trabalho industrial, tanto no âmbito do mercado de trabalho quanto do perfil do trabalhador e das relações de trabalho. Em conseqüência, a forma de gestão do trabalho têm apresentado algumas mudanças importantes em termos de estratégias e procedimentos: uma das correntes emergentes prega a necessidade de envolver, incentivar e motivar a participação dos trabalhadores, comprometendo-os com os objetivos organizacionais e com seu próprio trabalho. É justamente aí que a abordagem da administração de recursos humanos para a qualidade se desenvolve, propondo bases distintas das praticadas até então, na busca da constituição de uma força de trabalho flexível e cooperativa.

Soares (1990,p.5) salienta que “A participação dos trabalhadores como prática de gestão é considerada uma estratégia de racionalização da empresa no contexto das novas tecnologias automatizadas e representa papel fundamental na chamada “fábrica flexível”.(p.8)

Ruas (1994,p.89) ao tratar da reestruturação produtiva no Brasil ressalta que: outro elemento a ser destacado na conjuntura da reestruturação produtiva é a participação da

mulher na força de trabalho e o incremento do trabalho em domicílio em vários setores produtivos. A título de exemplo, o setor de calçados[12] e confecções.

No trabalho em domicílio, os encargos sociais são transferidos para esses trabalhadores, já que eles não possuem carteira assinada.

Além da participação da mulher e o trabalho em domicílio, acrescenta-se a terceirização leva a redução dos custos e aumento da competitividade, multiplicam o número de subempregados e trabalhadores temporários, de prestadores de serviços que atuam muitas vezes atuam em seus próprios domicílios ou mesmo de desempregados, como já salientamos. Nesse sentido, a terceirização leva a precarização do trabalho, e conduz ao agravamento das condições de trabalho e um aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho.

Nesse contexto, tais mudanças resultante do complexo da reestruturação produtiva, se por um lado, passam a exigir um trabalhador mais polivalente, qualificado, participativo e criativo, enfim novas qualificações de trabalho (que vão desde habilidades cognitivas e comportamentais, capacidade de decisão, comunicação até responsabilidade), por outro lado, surgem novas e embrionárias relações de trabalho (muitas vezes precárias ou não-organizadas) e outras profissões desaparecem[13].

E ainda, tais mudanças implicam na captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. O *savoir-faire intelectual e cognitivo do trabalho* (saber operário)[14] é apropriado pelo capital através de canais de comunicação, do trabalho de equipe no *chão de fábrica* sem qualquer ônus para as empresas. Nesse sentido, as inovações organizacionais que versam o envolvimento do trabalhador, a participação no desempenho da empresa, acabam por contribuir para uma exacerbação do controle e manipulação do trabalho. Sendo assim, seria um novo patamar de *subsunção real* do trabalho ao capital.

Nessa perspectiva, essas mudanças aprofundam a exploração do trabalho, a captura da subjetividade do operário, conforme Antunes (1999), Alves (2000) e também a renovação da relação de subordinação capital/trabalho.

Esse processo de gestão do trabalho (trabalho em grupo, canais de comunicação e sistemas participativos) camufla a subordinação do trabalhador, em virtude da participação na discussão de suas necessidades e do processo de trabalho. Isso se dá de modo

---

[12] Trabalho realizado por Navarro, 2003, sobre a Reestruturação Produtiva no setor de calçados em Franca apontou essa tendência. Outros casos em especial destaca o setor calçadista na região Sul do país.

[13] G*ráficos, mineiros, trabalhadores da construção naval, inspeção de qualidade e sobretudo aquele trabalho improdutivo que não cria valor*" (Antunes, 2000).

[14] Mais detalhes consultar: Antunes (1995, 2000) e Alves (2000)

fetichizado e despolitizado, voltado para o interesse da produção (Salerno, 1987). Através dos grupos de trabalho é passada uma aparência de autocontrole do trabalhador, o que na verdade, é uma subordinação, já que estas tarefas coletivas, seguem metas de produtividade previamente planejadas conforme interesses da empresa.

As mudanças na organização da produção e do trabalho vão implicar em novas estratégias de flexibilização. A flexibilidade é a palavra de ordem do dia, apresentando-se de várias formas, como flexibilização da produção, do mercado de trabalho, da organização do trabalho e das relações de trabalho.

As empresas buscam a maior flexibilização no uso do capital e do trabalho, objetivando a redução dos custos, funções, fornecedores, mão-de-obra, buscando garantir a maximização do lucro. Com a flexibilização, elas buscam se tornar mais competitivas para enfrentar as bruscas mudanças que ocorrem no cenário mundial.

Sendo assim, tais mudanças alteraram substancialmente a organização do trabalho contribuindo para com a degradação do trabalho[15] e para surgimento de um "*novo e precário mundo do trabalho*" (Alves, 2002). Além disso, contribuiu para a crise do sindicalismo, pois a classe trabalhadora fragmentou-se e precarizou-se.

Nesse contexto, tais mudanças vêm promovendo alterações na estrutura e na dinâmica do mercado de trabalho, tendo como conseqüência: 1) aumento do desemprego; 2) a precarização das condições e relações de trabalho; 3) a diminuição do emprego industrial; 4) a redução do trabalho assalariado com registro e aumento do trabalho sem registro em carteira, e trabalho temporário, e 5) diminuição de salários. Conseqüentemente, temos: a) um aumento da participação do setor informal; b) mudanças nas formas de produção para o trabalho denominado flexível; e c) o agravamento da exclusão social.

As mudanças resultantes da reestruturação produtiva ocorrem em intensidade diferente em cada lugar e setores de atividades econômicas. Os indícios dessas transformações parece serem maiores em grandes centros industriais e regiões metropolitanas do que em outras áreas.

No entanto, algumas pesquisas realizadas por geógrafos, sobre áreas localizadas no interior do estado, especificamente o Oeste Paulista, onde a presença de indústrias não é muito significativa apontam alguns elementos da reestruturação produtiva, mesmo essas áreas que estão distantes dos grandes centros industriais e regiões metropolitanas.

A partir desse conjunto de observações sobre a reestruturação produtiva e seu reflexo no mundo do trabalho teceremos algumas considerações preliminares sobre alguns

[15] Termo utilizado por Braverman (1981) ao referir-se às mudanças na organização de produção e do trabalho provenientes da Segunda Revolução Industrial.

elementos da reestruturação produtiva no Oeste Paulista, objeto de análise na nossa tese de doutoramento em andamento.

A reestruturação produtiva no Oeste Paulista: algumas considerações preliminares

O setor industrial no Oeste Paulista, particularmente nas cidades de Presidente Prudente, Marília e São José do Rio Preto, não é formado de grandes grupos industriais, exceto Marília e Araçatuba que têm a presença de multinacional, como a Nestlé. É constituído de pequenas e médias empresas de origem local e muitas vezes familiar, principalmente de consumo não-duráveis.

Diante das mudanças resultantes da reestruturação produtiva, as empresas buscam maior qualidade e produtividade para concorrer com outros mercados e tornarem mais competitivas. Para isto, passam a investir em tecnologia para garantir o aumento da produtividade, de forma a propiciar maior qualidade de seus produtos. Tais investimentos vão desde o setor produtivo até políticas de recursos humanos.

Nesse contexto, parece que as cidades médias do Oeste Paulista (Presidente Prudente, Marília e São José do Rio Preto) não ficam longe dessas mudanças estruturais que vêm ocorrendo nas empresas do setor industrial.

Esse processo de reestruturação industrial do ponto de vista da organização da produção vem ocorrendo desde os anos 1990. Trabalhos de pesquisas realizados por Dundes (1994) e Gomes (2001) sobre Presidente Prudente, Mourão (1994 e 2002) sobre Marília, Matushima (2001) sobre São José do Rio Preto, apontam esta tendência nas empresas. Elas procuram se reestruturam para permanecer no mercado e também ampliá-lo. Para isto, investem em inovações tecnológicas e também em novas formas gestão do trabalho.

No caso de Presidente Prudente, em pesquisa realizada em 2001, do total de empresas pesquisadas (32), 22 possuem políticas de inovação tecnológica nos setores de recursos humanos, organização do trabalho, produção, comercialização e gerenciamento. Isto parece não ser diferente para outras cidades.

Conforme Araújo (1999, p.51)

> "... o interior bem mais especializado, voltado preponderamente à produção agroindustrial reproduz, tanto produção industrial como no setor comercial, indicadores de inovação tecnológica e de estratégias de gestão das empresas que, embora, em graus mais modestos de difusão, apontam na direção de uma extensiva assimilação de novas tecnologias de processo e produtos existente no restante da produção

> paulista e, tal como esta, uma profunda ampliação da heterogeneidade estrutural da economia paulista".

As empresas vêm passando por um processo de reestruturação buscando inovações tecnológicas para tornar mais competitivas e ampliar seus mercados, mesmo estando distante da Capital e não estar atreladas ao processo desconcentração industrial ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 quando a Capital e RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) começam a perder posição no valor de transformação industrial para o interior, porque não houve deslocamento significativo de indústrias para essa parte do Estado.

Mourão (2002, p. 108) mostra que

> "encontra em Marília vários exemplos da indústria que, mesmo estando em local onde a mão-de-obra é abundante e barata, estão buscando se modernizar, tanto no que se refere aos equipamentos como às técnicas administrativas e estratégias de vendas. As escolhas tecnológicas e organizacionais variam, mas em todas aquelas que se irradiam para o mercado nacional o sentido é o de redução dos custos e obtenção de um produto diferenciado. Em linhas gerais predominam as estratégias defensivas e a inovação a partir da determinação de um novo mercado para a empresa".

Em São José do Rio Preto parece não ser diferente, as empresas buscar a sua modernização.

A política neoliberal, abertura comercial implicou na reestruturação produtiva que levaram as empresas a se modernizar, as que não conseguiram ficaram estagnadas e ou fecharam seus estabelecimentos.

Diante dessas mudanças as empresas buscaram desativar linhas que não estão obtendo lucros e reduzir o número de trabalhadores, como foi observado em Marilia, na pesquisa realizada por Mourão (2002). No caso da Nestlé houve redução do quadro de funcionários e a Sasazaki abandona a produção de móveis para se concentrar em portas e janelas, a Nestlé deixa de produzir balas e confeitos para se concentrar nos biscoitos, a Dori e Jazam deixa a produção de doces artesanais.

Nesse quadro, podemos inferir, sem margem de dúvida, que tais mudanças resultantes do processo de reestruturação produtiva tem repercutido no mercado de trabalho local ocorrendo uma diminuição dos empregos.

Sendo assim, com o processo de reestruturação da indústria no Oeste Paulista, tem-se observado após os anos 1980 uma redução no emprego industrial, resultado de

fechamento de empresas, reestruturação na organização de produção, e redução da força de trabalho para diminuir custos e ampliar mercados. Os dados da RAIS no período de 1985-2001, mostram que ocorreu oscilação na participação dos empregos formais, ora crescimento ora redução. Apontam uma tendência de diminuição do emprego industrial nas cidades de São José do Rio Preto e Marília, enquanto que para Presidente há uma tendência de crescimento dos empregos.

Em Marília, de 1985 até 1995 houve crescimento no número empregos, já partir de 2000 verificou-se uma queda na sua participação. Este fato pode-se justificar pela modernização e reestruturação com que passaram algumas empresas, sobretudo aquelas que foram adquiridas por multinacionais reduziram seu quadro de funcionários.

Em Presidente Prudente, observou-se um crescimento até os anos 1990, já em 1995 teve redução, permanecendo até ano 2000. Em 2001, há uma recuperação dos empregos perdidos. Isto pode ter ocorrido pelo fato que novas indústrias instalaram na cidade.

Em São José do Rio Preto, também se observou alterações na participação dos empregos. Até 1980 houve crescimento, em 1995 houve queda, em 2000 começa a recuperação e, em 2001 ocorre queda novamente.

As mudanças globais e nacionais refletem-se no local, atreladas à própria dinâmica econômica regional, no entanto, em cada lugar, elas apresentam suas particularidades.

Enfim, a reestruturação produtiva atinge o interior do Estado, particularmente o Oeste Paulista, onde a indústria não é significativa, no entanto, também procuram inserir-se no mercado competitivo, tanto âmbito nacional como internacional. Para isso, passam a buscar estratégias e inovações tecnológicas e organizacionais, somente assim tornarão competitivas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A . Moraes (org). *O avesso ao trabalho. São Paulo*: Expressão Popular. 2004, p.13-28.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. Mapa da Estrutura Industrial e Comercial do Estado de São Paulo. São Paulo: SEADE. *São Paulo em Perspectiva*. v. 13, n. 1-2, jan.- jun., 1999,p.40-52.

BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. et alii. *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

CARLEIAL, L. ; VALLE, R (Orgs). *Reestruturação Produtiva e o Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

CARLEIAL, Liana. Reestruturação industrial, relação entre firmas e mercado de trabalho: as evidências na indústria eletroeletrônica na Região Metropolitana de Curitiba. In. CARLEIAL, L. ; VALLE, R (Orgs). *Reestruturação Produtiva e o Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

CARVALHO, Ruy de Quadros e BERNARDES, Roberto. Reestruturação industrial, produtividade e desemprego. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. Fundação SEADE, v. 11, 1. jan/mai, 1997. p.53-62.

CARVALHO, Ruy de Quadros e SCHMITZ, Hubert. O fordismo está vivo no Brasil. *Novos Estudos*. N. 27, junho. 1999, p.148-156

CASTRO, Nádia A . Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japonização de ocasião? *Novos Estudos CEBRAP*. N. 37, 1993, p.17-49.

CASTRO, Nadya Araújo, Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva. In: *São Paulo em Perspectiva*. v. 8, n. 1, São Paulo: SEADE, jan/mar., 1984, p.116-132.

DRUCK, Maria das Graças. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. *Revista de Economia Política*. V.19, n.2, abr,jun, 1999.

DUNDES, Ana Cláudia. *O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista.

FLEURY, Afonso. *Organização do trabalho industrial: um confronto entre teoria e realidade*. Tese (Doutorado). Escola Politécnica - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP,1978.

FLEURY, Afonso. Rotinização do trabalho: o caso das indústrias mecânicas. In: Fleury , Afonso C. C. e VARGAS, Nilton (org) *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1983.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. *A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente-SP*. Presidente Prudente, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista

GUIMARÃES, M.M.M. Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (62), 2002. [ISSN: 1138-9788] http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-62.htm

HIRATA, Helena. Receitas japonesas, realidades brasileiras. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 2, n.2,p.52-60, jul/1983.

HUMPHREY, John. O Impacto das técnicas japonesas de administração na indústria brasileira. *Novos estudos CEBRAP*. N. 38. Março 1994, p.148-167.

LEITE, Elenice M. Do operário-padrão ao "polivalente": novas fronteira de qualificação do trabalho industrial ?. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.22, n. especial, p.63-89, 1992.

LEITE, M. P. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: *O mundo do trabalho - crise e mudança no final do século*. Campinas: Scritta, 1994, p.563-587.

LEITE, Márcia de P. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, Marcia de P. *O futuro do trabalho – Novas Tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, FAPESP, 1994.

LENCIONI, Sandra. A Reestruturação Urbano-Industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *Espaço e Debates*, n. 38, 1994, p.54-61.

LENCIONI, Sandra. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações industriais. *Revista do Departamento de Geografia*, n.12, 1998, p27-42.

LIPIETZ, A ., LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. In: *Revista Espaço e Debates*, São Paulo: NERU, n. 25, p. 12-29, 1988.

MATTOSO, Jorge E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

MATUSHIMA, Marcos Kazuo. *A formação de um eixo de desenvolvimento entre os municípios de São José do Rio Preto e Mirassol-SP*. Presidente Prudente, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. *A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília.* 1994. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. *Reestruturação produtiva da indústria e desenvolvimento regional: a Região de Marília.* 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP

NEGRI, Barjas e PACHECO, Carlos Américo. Mudanças tecnológicas e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. In: *Espaço & Debates*, n.38, 1994, p. 62-82.

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)* Campinas: Editora Unicamp, 1996. (Coleção momento)

PELIANO, José Carlos et al. *Automação e trabalho na indústria automobilística.* Brasília. Editora da UNB, 1988.

PEREIRA, D. A nova espacialidade do trabalho: o fordismo e a produção enxuta na Ford. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (90), 2002. [ISSN: 1138-9788] http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-90.htm

PIRES, Elson L. S. Mercado de trabalho e reestruturação produtiva na indústria: o Brasil no limiar do século XXI. *Travessia.* São Paulo: CEM, n.18, ano VII, p. 10-14, 1994.

PIRES, Hindemburgo F. *Reestruturação Industrial e alta-tecnologia no Brasil: as indústrias de informática em São Paulo.* Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1995.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Reis, Cibeli. *Relação de trabalho na atividade industrial de Rio Claro –SP – Uma contribuição ao estudo global de reestruturação da indústria*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2004.

RUAS, Roberto e ANTUNES, Elaine. Gestão do trabalho, qualidade total e comprometimento no cenário da reestruturação. In: *Revista São Paulo em Perspectiva.* Fundação SEADE. V.11, N.1, jan/março. 1997.

SALERNO, Mario. *Flexibilidade, organização e trabalho operatório: elementos para análise da produção na indústria*. Tese (Doutorado). Escola Politécnica - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1991.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo (org.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

THOMAZ JR. Antonio. Por uma Geografia do Trabalho. *Revista Pegada*. V.3, número Especial. Presidente Prudente:CEGET, Agosto de 2002.